



## O setor elétrico na pauta eleitoral

A REPORTAGEM CONVERSOU COM OS REPRESENTANTES DOS TRÊS PRINCIPAIS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A FIM DE APRESENTAR AS PROPOSTAS PARA O SETOR

Wagner Freire

**A**ssim como em 2002, o setor elétrico está novamente em evidência em uma disputa eleitoral. Naquele ano, o País acabava de sair de um racionamento de energia, resultado da falta de chuvas e de investimentos no setor. O racionamento teve um efeito colateral negativo para a economia brasileira e contribuiu para a derrota do então candidato da situação, José Serra (PSDB). Em 2014, embora não se tenha um racionamento, o setor convive com uma nova crise, também causada pela baixa hidrológica dos últimos três anos, mas que foi acentuada por medidas políticas consideradas equivocadas pela maioria dos agentes.

Na avaliação de Alexandre Furtado Montes, analista de valores mobiliários da Lopes Filho & Associados, nos últimos quatro anos, intervenções governamentais desagradaram investidores e empresários. Duas delas merecem destaque. A primeira, segundo Montes, foi no Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária das distribuidoras, quando o governo derrubou o WACC [custo médio ponderado de capital] de 9,95% para 7,5%. A outra foi a Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012, que também derrubou o lucro das elétricas ao reduzir as tarifas de energia em troca da renovação das concessões. “O setor elétrico não gosta do atual governo”, afirmou o analista.

A Medida Provisória 579/12, convertida na Lei Federal 12.783/13, “criou a maior bagunça já vista no setor elétrico”, segundo Adriano Pires, economista e diretor do Centro Brasi-

leiro de Infraestrutura (CBIE). Para ele, o próximo presidente precisa suspender os efeitos dessa medida, a fim de evitar que a situação fique ainda pior, uma vez que novas concessões estão se encerrando a partir de 2015.

Pires não economizou nas críticas à forma como o atual governo vem conduzindo o setor elétrico. Classificou o atual modelo político como “ultrapassado”, afirmando que o segmento precisa de modernidade, de políticas mais descentralizadas.

Nos últimos anos, outras medidas também contribuíram para mexer com o humor dos agentes. A Resolução nº3 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que obriga os geradores a compartilhar os custos do acionamento termelétrico por segurança energética, é alvo de nada mais que 47 ações judiciais. Também considerada negativa pelos agentes, alvo de duas ações judiciais, está a Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº455/12, que instaura o regime de registros de contratos de compra e venda de energia ex-ante (antes do consumo).

“A CNPE 03 é uma violência contra os direitos constitucionais do setor elétrico, mas pelo menos tem uma lógica da ótica de quem fez, transferindo o custo das térmicas para o colo dos outros, mantendo o custo barato para o consumidor, por causa de benefícios políticos eleitorais. Você pode discordar, mas tem lógica”, disse o presidente da comercializadora Solener-



Roberto Suckler Filho/FR

gias, Paulo Cezar Tavares.

“Agora a 455 não tem lógica nenhuma. É uma medida que ninguém entende. A área comercial da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é contra, a Procuradoria Geral da Aneel é contra, todo o setor elétrico é contra. Quem é a favor?”, criticou Tavares, que também é vice-presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

De acordo com Montes, o mercado de energia elétrica tem motivos para não gostar do atual governo. “A gente observa que não apenas o mercado sobe quando as pesquisas favorecem a oposição, como as ações das elétricas sobem mais ainda”, afirmou.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o setor elétrico vinha numa evolução crescente até a MP579. “Foi um tremendo retrocesso, a começar pela maneira como foi promulgada, sem nenhuma transparência ou discussão prévia. O texto foi um produto de um trabalho de gabinete de umas poucas pessoas, cujo resultado não poderia ser diferente.”

O modelo dos leilões para contratação de novas fontes de geração e linhas transmissão também é outro ponto muito criticado por especialistas. Para os agentes, além da modicidade tarifária, os leilões deveriam privilegiar a diversificação da matriz, incentivar a inclusão de novas tecnologias e, principalmente, a segurança elétrica do País.

Uma vez que muitas das decisões dos agentes para 2015 aguardam um sinal político, a Revista GTD Energia Elétrica conversou com os representantes dos três principais candidatos à presidência da República, segundo pesquisas eleitorais. Foram preparadas três reportagens, cada uma buscando apresentar as principais propostas dos candidatos Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PSB) para o setor elétrico. As entrevistas foram organizadas por ordem alfabética.

## MODICIDADE NÃO SUFOCARÁ A MODERNIDADE



Candidato à presidência da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves foi governador do Estado de Minas Gerais duas vezes. Nas pesquisas de intenção de voto, disputa o segundo lugar com Marina Silva (PSB). A reportagem conversou com o professor e empresário Afonso Henriques Moreira, um dos colaboradores da campanha do tucano. Moreira já ocupou os cargos de diretor da Aneel e de secretário de energia do Ministério de Minas e Energia (MME) no governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o professor, Aécio pretende conduzir suas ações para o setor de energia elétrica baseando-se na lógica de mercado. “Respeito ao mercado será o paradigma”, afirmou Moreira.

Moreira disse que o PSDB pretende reavaliar a premissa centrada na modicidade tarifária. “A modicidade tarifária

## COMPROMISSOS DE CAMPANHA



troco da obsolescência é um perigo e é isso que esse governo atual está fazendo. É preciso ter modicidade dentro do contexto da modernidade."

Moreira ainda criticou a capacidade de gestão da presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT). Disse que Aécio pretende mudar a visão do planejamento, de modo que o mercado participe das decisões. "Modelos matemáticos são para auxiliar. As decisões precisam ser baseadas na lógica de mercado."

De acordo com o professor, Aécio pretende aperfeiçoar os leilões de geração. No governo tucano haverá um modelo misto, em que se continuará com contratação de longo prazo, mas abrindo espaço também para o mercado livre, não só para as distribuidoras do jeito que são hoje. "Você vai deixar os leilões mais com cara de mercado, seja do lado da oferta, seja do lado da demanda. Na medida em que abro o mercado para todo mundo, o leilão tem que mudar de cara. Haverá uma evolução nesse sentido." Ele ainda revelou que o governo tucano é favorável à realização de leilões regionalizados, inclusive urbanos; por exemplo, leilões de cogeração dentro da região metropolitana de São Paulo.

Outro compromisso de Aécio será mudar a forma de gestão das estatais federais. Segundo Moreira, empresas como Eletrobras precisam ser geridas como companhias privadas. Ele citou como bons exemplos a Cemig e a Copasa. "Você pode ver isso no setor de energia e água de Minas Gerais. Essa é a lógica, o Estado respeitando a lógica de mercado."



- Ações com base em lógica de mercado
- Aumentar a habilidade de gestão
- Modernização do setor: físico e humano
- Fortalecimento do mercado livre
- Resgatar a regulação independente
- Regulação para a modernidade
- Mercado participando do planejamento
- Estatal atuando como empresa privada
- Leilão com participação do mercado livre
- Não terão pacotes

### Crise elétrica

Moreira ainda falou sobre a atual crise do setor elétrico que, em sua avaliação, poderia ter sido minimizada se o Governo Federal não tivesse adiado a geração térmica. "Se o governo tivesse gerado as térmicas boas, usando gás nas plantas de ciclo combinado, não estaríamos com os reservatórios tão baixos e não precisaríamos ligar as térmicas mais caras. O outro ponto fundamental é que o consumidor sinta que o preço está caro para ele economizar, racionalizar. É uma lógica fundamental de mercado e foi o que esse governo não fez."

"Os eixos da política de energia elétrica da candidatura Aécio Neves vão se basear fundamentalmente em forças de mercado. Forças de mercado quando se fala em planejamento e modernização. Força de mercado quando se fala em trazer novas tecnologias, novas pessoas, novas mentalidades para um setor que está bastante envelhecido", completou Moreira, dizendo que o candidato tucano também é favorável ao desenvolvimento do mercado livre.

### MANUTENÇÃO DE LEILÕES E AJUSTES REGULATÓRIOS

Candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a presidente Dilma Rousseff já foi ministra da Casa Cível e do Ministério de Minas e Energia durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. A reportagem conversou com o ex-diretor geral da Anel Nelson Hübner, responsável por organizar as



- Manutenção dos modelos de leilões
- Expansão focada nas renováveis
- Foco na segurança energética
- Aprimorar mecanismos de monitoramento das obras
- Smart grid com foco na qualidade do serviço e na inserção de novas fontes
- Políticas para retomar o desenvolvimento das PCHs
- Políticas para incentivar o desenvolvimento da fotovoltaica e da biomassa
- Ajustes para minimizar os efeitos das bandeiras tarifárias
- Ajustes regulatórios para reduzir os riscos financeiros e exposições dos agentes
- Eficiência energética com foco na modernização

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO



- Leilões não podem ser unicamente por preço
- Planejamento da matriz com foco no desenvolvimento regional
- Defende leilões específicos para a energia solar
- Aperfeiçoamento dos processos de licenciamento ambiental
- Aperfeiçoamento dos processos regulatórios
- Fortalecimento do mercado livre
- Linha de crédito específica para a micro e minigeração
- Fortalecimento do CNPE
- Aneel aparelhada com técnicos e sem ideologias
- Incentivo às fontes complementares: biomassa, solar e biogás

propostas para a área de energia elétrica da campanha petista.

Segundo Hübner, o que o governo está propondo nessa nova etapa é fazer "alguns ajustes legais e regulatórios", que permitam que o atual modelo tenha um resultado melhor. O programa reúne um conjunto de ações ligadas à segurança do suprimento, ao monitoramento da implantação de usinas e linhas de transmissão, à eficiência energética e ao incentivo às novas fontes de geração. O programa de leilões de expansão da geração e da transmissão será mantido, ganhando quem oferecer o menor custo de implantação e a menor tarifa de operação.

A expansão da matriz continuará focada em fontes renováveis, em especial as hídricas. "A eólica já é uma fonte consolidada e não precisa de ajuda nenhuma. Já as pequenas centrais exigem alguns cuidados em termos de políticas de leilões, para que elas consigam ter uma inserção natural. A biomassa também exige um tratamento diferenciado. Existe um conjunto grande de usinas de açúcar e álcool no Brasil muito antigas e que precisam de um retrofit para que consigam ser competitivas a ponto de produzir energia com preços adequados", disse Hübner.

Para a solar, a visão do governo petista é de que a vocação da fonte é para geração distribuída. No entanto, para que haja um desenvolvimento da cadeia industrial, bem como a consolidação da fonte, é preciso inseri-la nos leilões regulados. "Já estamos fazendo isso nos certames deste ano", lembrou.

Outra prioridade do governo será a contratação da geração térmica. "Vimos que quando passamos por um hidrôlogia desfavorável é preciso lançar mão de todas as térmicas para garantir o suprimento. E aí está a necessidade de colocarmos na nossa matriz usinas com o custo variável mais baixo", disse Hübner.

#### Regulação

Nesse aspecto, o governo buscará fazer ajustes regulatórios que permitam reduzir os riscos financeiros dos agentes que participam dos leilões. Os mecanismos colocados em leilão alocam todas as penalidades de fornecimento de energia em cima de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), explicou Hübner, e isso faz com que alguns agentes sejam mais penalizados, como é o caso das térmicas com custo variável mais baixo, nas situações em que há uma geração abaixo do contrato.

"Esse bloco vai ao encontro da crise hidrológica. Fazer uma série de pequenos ajustes, desde a questão da formação do PLD, seus limites máximos e mínimos, ações que diminuam a exposição e os riscos financeiros dos agentes do setor. Ajustes legais que minimizem um pouco as diferenças de energia que se tem no portfólio das distribuidoras", resumiu Hübner.

Hübner ainda falou que o governo também focará a questão da eficiência energética, por meio da modernização de sistemas e substituição dos equipamentos. Também está prevista a manutenção do Programa Luz Para Todos.

Por fim, Hübner defendeu a MP579, afirmando que a medida

foi um complemento ao modelo adotado em 2004. "A MP buscou retirar um lucro que, na minha visão, era absolutamente abusivo. Não tem sentido pagar por uma usina velha, completamente amortizada. É claro que é ótimo para os acionistas da empresa, mas quem governa o País precisa olhar para todos os lados."

### O IMPORTANTE É DEFINIR A MATRIZ E FAZER GESTÃO

A ex-senadora Marina Silva disputa a presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), no lugar de Eduardo Campos, morto em um acidente aéreo ocorrido no dia 13 de agosto. Marina foi ministra do Meio Ambiente (MMA) durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. A reportagem falou com o ex-presidente da Chesf, João Bosco, colaborador da campanha de Campos e, agora, de Marina Silva.

As propostas do PSB para o setor elétrico passam por mudanças da definição da matriz; por mudanças na gestão; por aperfeiçoamento dos processos de licenciamento ambiental e regulatórios; e por um fortalecimento do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Segundo Bosco, o atual modelo de contratação de energia elétrica não precisa de grandes modificações, o importante seria mudar o planejamento. Definir uma matriz que olhe para o desenvolvimento regional e a política industrial. "Por exemplo, você não vê no planejamento como o País quer explorar a fonte solar? Na nossa visão, precisamos primeiro discutir a matriz e depois fazer com que o planejamento atenda a definição dessa matriz", disse. Para Bosco, os leilões não devem buscar unicamente o menor preço, porque quando se faz leilão por preço, só dará eólica, que é a energia mais competitiva.

Na visão do PSB, os maiores problemas do setor elétrico estão na gestão. Bosco apontou a agenda ambiental como o principal responsável pelos atrasos nas obras de transmissão e geração. "Precisa ter uma entidade coordenadora, uma integração entre os ministérios, principalmente MMA e MME, para que o processo de licenciamento seja integrado."

Outro problema seria a burocracia. Segundo ele, tanto os órgãos socioambientais, como a própria Aneel têm alguns procedimentos que interferem na execução dos empreen-

dimentos. "Portanto, vemos mais necessidade de ajustes na gestão, planejar e integrar as mais diversas fontes. Eduardo falou muito disso, na meritocracia, em escolher as pessoas adequadas e integrar o governo", disse.

Bosco também falou que a matriz energética precisa considerar a nova realidade social. "Não vamos nos iludir que alguém vai fazer barragens com grandes reservatórios. A sociedade não quer mais isso. As hidrelétricas serão com pequenos reservatórios, incorporando outras fontes, como a solar, a biomassa e o biogás. O importante é definir qual é a matriz que nós queremos e como vamos explorá-la".

#### Mercado livre

A política do PSB, segundo Bosco, vai estimular o mercado livre. "É preciso avaliar como o consumidor do mercado livre está sendo tratado, avaliar como está a satisfação desses consumidores. Embora o mercado seja livre, em tese, o governo não devia estar envolvido nisso, mas é preciso acompanhar. Essa crise que tivemos agora é um momento importante para essa avaliação. Dos consumidores especiais, só cerca de 10 a 15% aderiram, o que mostra que é preciso investigar os motivos pelos quais não houve maior adesão desse grupo. Somos favoráveis a ampliar o potencial de consumidores livres", afirmou.

#### Geração distribuída

Bosco entende que é importante estimular o consumidor a produzir a própria energia. Ele, contudo, criticou a falta de acompanhamento da norma que regulamenta esse tipo de geração. "Passaram-se dois anos e há cerca de 150 consumidores no Brasil. Sabemos por que isso aconteceu: não há uma linha de crédito compatível com o que se quer".

Segundo Bosco, se o consumidor pegar dinheiro emprestado para gerar a própria energia ficará mais caro do que usar da distribuidora, o que desestimula esse tipo de geração. Para ele, o governo precisa criar uma linha de crédito específico para estimular esse tipo de produção de energia. "Nota-se que passa por um olhar maior do setor elétrico. Se fez a norma é para funcionar. Se ninguém adere, é porque tem alguma coisa errada." ■

## **A REPORTAGEM CONVERSOU COM OS REPRESENTANTES DOS TRÊS PRINCIPAIS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A FIM DE APRESENTAR AS PROPOSTAS PARA O SETOR**

Wagner Freire

Assim como em 2002, o setor elétrico está novamente em evidência em uma disputa eleitoral. Naquele ano, o País acabava de sair de um racionamento de energia, resultado da falta de chuvas e de investimentos no setor. O racionamento teve um efeito colateral negativo parou a economia brasileira e contribuiu para a derrota do então candidato da situação, José Serra (PSDB). Em 2014, embora não se tenha um racionamento, o setor convive com uma nova crise, também causada pela baixa hidrológica dos últimos três anos, mas que foi acentuada por medidas políticas consideradas equivocadas pela maioria dos agentes.

Na avaliação de Alexandre Faltado Montes, analista de valores mobiliários da Lopes Filho & Associados, nos últimos quatro anos, intervenções governamentais desagradaram investidores e empresários. Duas delas merecem destaque. A primeira, segundo Montes, foi no Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária das distribuidoras, quando o governo derrubou o WACC [custo médio ponderado de capital! de 9,95% para 7,5%. A outra foi a Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012, que também derrubou o lucro das elétricas ao reduzir as tarifas de energia em troca da renovação das concessões. "O setor elétrico não gosta do atual governo", afirmou o analista.

A Medida Provisória 579/12, convertida na Lei Federal 12.783/13, "criou a maior bagunça já vista no setor elétrico", segundo Adriano Pires, economista e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CHIE). Para ele, o próximo presidente precisa suspender os efeitos dessa medida, a fim de evitar que a situação fique ainda pior, uma vez que novas concessões estão se encerrando a partir de 2015. Pires não economizou nas críticas à forma como o atual governo vem conduzindo o setor elétrico. Classificou o atual modelo político como "ultrapassado", afirmando que o segmento precisa de modernidade, de políticas mais descentralizadas.

Nos últimos anos, outras medidas também contribuíram para mexer com o humor dos agentes. A Resolução nº3 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que obriga os geradores a compartilhar os custos do acionamento termelétrico por segurança energética, é alvo de nada mais que 47 ações judiciais. Também considerada negativa pelos agentes, alvo de duas ações judiciais, está a Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº455/12, que instaura o regime de registros de contratos de compra e venda de energia ex-ante (antes do consumo).

"A CNPE 03 é uma violência contra os direitos constitucionais do setor elétrico, mas pelo menos tem uma lógica da ótica de quem fez, transferindo o custo das térmicas para o colo dos outros, mantendo o custo barato para o consumidor, por causa de benefícios políticos eleitorais. Você pode discordar, mas tem lógica", disse o presidente da comercializado™ Solonergias, Paulo Cozar Tavares.

"Agora a 455 não tem lógica nenhuma. É uma medida que ninguém entende. A área comercial da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ó contra, a Procuradoria Geral da Aneel é contra, todo o setor elétrico é contra. Quem é a favor?", criticou Tavares, que também é vice-presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). De acordo com Montes, o mercado de energia elétrica tem motivos para não gostar do atual governo. "A gente observa que não apenas o mercado sobe quando as pesquisas favorecem a oposição, como as ações das elétricas sobem mais ainda", afirmou.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o setor elétrico vinha numa evolução crescente até a MP579. "Foi um tremendo retrocesso, a começar pela maneira como foi promulgada, sem nenhuma transparência ou discussão prévia. O texto foi um produto de um trabalho de gabinete de unias poucas pessoas, cujo resultado não poderia ser diferente." O modelo dos leilões para contratação de novas fontes de geração e linhas transmissão também é outro ponto muito criticado por especialistas. Para os agentes, além da modicidade tarifária, os leilões deveriam privilegiar a diversificação da matriz, incentivar a inclusão de novas tecnologias e, principalmente, a segurança elétrica do País. (Uma vez que muitas das decisões dos agentes para 2015 aguardam um sinal político, a Revista Gil) Energia Elétrica conversou com os representantes dos três principais candidatos à presidência da República, segundo pesquisas eleitorais. Foram preparadas três reportagens, cada uma buscando apresentar as principais propostas dos candidatos Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PSB) para o setor elétrico. As entrevistas foram organizadas por ordem alfabética. Candidato à presidência da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves foi governador do Estado de Minas Gerais duas vezes. Nas pesquisas de intenção de voto, disputa o segundo lugar com Marina Silva (PSB). A reportagem conversou com o professor e empresário Afonso Henriques Moreira, um dos colaboradores da campanha do tucano. Moreira já ocupou os cargos de diretor da Aneel e de secretário de energia do Ministério de Minas e Energia (MME) no governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo o professor, Aécio pretende conduzir suas ações para o setor de energia elétrica baseando-se na lógica de mercado. "Respeito ao mercado será o paradigma", afirmou Moreira.

Moreira disse que o PSDB pretende reavaliar a premissa centralizada na modicidade tarifária. "A modicidade tarifária a troco da obsolescência é um perigo e é isso que esse governo atual está fazendo". É preciso ter modicidade dentro do contexto da modernidade."

Moreira ainda criticou a capacidade de gestão da presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT). Disse que Aécio pretende mudar a visão do planejamento, de modo que o mercado participa das decisões. "Modelos matemáticos são para auxiliar. As decisões precisam ser baseadas na lógica de mercado."

De acordo com o professor, Aécio pretende aperfeiçoar os leilões de geração. No governo tucano haverá um modelo misto, em que se continuará com contratação de longo prazo, mas abrindo espaço também para o mercado livre, não só para as distribuidoras do jeito que são hoje. "Você vai deixar os leilões mais com cara de mercado, seja do lado da oferta, seja do lado da demanda. Na medida em que abro o mercado para todo mundo, o leilão tem que mudar de cara.

Haverá uma evolução nesse sentido." Ele ainda revelou que o governo tucano é favorável à realização de leilões regionalizados, inclusive urbanos; por exemplo, leilões de cogeração dentro da região metropolitana de São Paulo.

Outro compromisso de Aécio será mudar a forma de gestão das estatais federais. Segundo Moreira, empresas como Eletronbras precisam ser geridas como companhias privadas. Ele citou como bons exemplos a Cemig e a Copasa. "Você pode ver isso no setor de energia e água de Minas Gerais. Essa é a lógica, o Estado respeitando a lógica de mercado."

### **Crise elétrica**

Moreira ainda falou sobre a atual crise do setor elétrico que, em sua avaliação, poderia ter sido minimizada se o Governo Federal não tivesse adiado a geração

térmica. "Se o governo tivesse gerado as térmicas boas, usando gás nas plantas de ciclo combinado, não estaríamos com os reservatórios tão baixos e não precisaríamos ligar as térmicas mais caras. O outro ponto fundamental é que o consumidor sinta que o preço está caro para ele economizar, racionalizar. É uma lógica fundamental de mercado e foi o que esse governo não fez."

"Os eixos da política de energia elétrica da candidatura Aécio Neves vão se basear fundamentalmente em forças de mercado. Forças de mercado quando se fala em planejamento e modernização. Força de mercado quando se fala em trazer novas tecnologias, novas pessoas, novas mentalidades para um setor que está bastante envelhecido", completou Moreira, dizendo que o candidato tucano também é favorável ao desenvolvimento do mercado livre.

## **MANUTENÇÃO DE LEILÕES E AJUSTES REGULATÓRIOS**

Candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a presidente Dilma Rousseff já foi ministra da Casa Civil e do Ministério de Minas e Energia durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. A reportagem conversou com o ex-diretor geral da Aneel Nelson Hiibner, responsável por organizar as propostas para a área de energia elétrica da campanha petista.

Segundo Hiibner, o que o governo está propondo nessa nova etapa é fazer "alguns ajustes legais e regulatórios", que permitam que o atual modelo tenha um resultado melhor

O programa reúne um conjunto de ações ligadas à segurança do suprimento, ao monitoramento da implantação de usinas e linhas de transmissão, à eficiência energética e ao incentivo às novas fontes de geração. O programa de leilões de expansão da geração e da transmissão será mantido, ganhando quem oferecer o menor custo de implantação e a menor tarifa de operação.

A expansão da matriz continuará focada em fontes renováveis, em especial as hídricas. "A eólica já é uma fonte consolidada e não precisa de ajuda nenhuma. Já as pequenas centrais exigem alguns cuidados em termos de políticas de leilões, para que elas consigam ter uma inserção natural. A biomassa também exige um tratamento diferenciado. Existe um conjunto grande de usinas de açúcar e álcool no Brasil muito antigas e que precisam de um retrofit para que consigam ser competitivas a ponto de produzir energia com preços adequados", disse Hiibner.

Para a solar, a visão do governo petista é de que a vocação da fonte é para geração distribuída. No entanto, para que haja um desenvolvimento da cadeia industrial, bem como a consolidação da fonte, é preciso insinuar nos leilões regulados. "Já estamos fazendo isso nos cortes deste ano", lembrou.

Outra prioridade do governo será a contratação da geração térmica. "Vimos que quando passamos por um hidrôlogo desfavorável é preciso lançar mão de todas as térmicas para garantir o suprimento. E aí está a necessidade de colocarmos na nossa matriz usinas com o custo variável mais baixo", disse Hiibner.

## **Regulação**

Nesse aspecto, o governo buscará fazer ajustes regulatórios que permitam reduzir os riscos financeiros dos agentes que participam dos leilões. Os mecanismos colocados em leilão alocam todas as penalidades de fornecimento de energia em cima de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), explicou Hiibner, e isso faz com

que alguns agentes sejam mais penalizados, como é o caso das térmicas com custo variável mais baixo, nas situações em que há uma geração abaixo do contrato.

"Esse bloco vai ao encontro da crise hidrológica. Fazer uma série de pequenos ajustes, desde a questão da formação do PLD, seus limites máximos e mínimos, ações que diminuam a exposição e os riscos financeiros dos agentes do setor. Ajustes legais que minimizem um pouco as diferenças de energia que se tom no portfólio das distribuidoras", resumiu Hübner.

Hübner ainda falou que o governo também focará a questão da eficiência energética, por meio da modernização de sistemas e substituição dos equipamentos. Também está prevista a manutenção do Programa Luz Para Todos. Por fim, Hübner defendeu a MP579, afirmando que a medida Segundo Bosco, o atual modelo de contratação de energia elétrica não precisa de grandes modificações, o importante seria mudar o planejamento. Definir uma matriz que olhe para o desenvolvimento regional e a política industrial. "Por exemplo, você não vê no planejamento como o País quer explorar a fonte solar? Na nossa visão, precisamos primeiro discutir a matriz e depois fazer com que o planejamento atenda a definição dessa matriz", disse. Para Bosco, os leilões não devem buscar unicamente o menor preço, porque quando se faz leilão por preço, só dará eólica, que é a energia mais competitiva.

Na visão do PSB, os maiores problemas do setor elétrico estão na gestão. Bosco apontou a agenda ambiental como o principal responsável pelos atrasos nas obras de transmissão e geração. "Precisa ter uma entidade coordenadora, uma integração entre os ministérios, principalmente MMA e MME, para que o processo de licenciamento seja integrado."

Outro problema seria a burocracia. Segundo ele, tanto os órgãos socioambientais, como a própria Aneel têm alguns procedimentos que interferem na execução dos empreendimentos. "Portanto, vemos mais necessidade de ajustes na gestão, planejar e integrar as mais diversas fontes. Eduardo falou muito disso, na meritocracia, em escolher as pessoas adequadas e integrar o governo", disse.

Bosco também falou que a matriz energética precisa considerar a nova realidade social. "Não vamos nos iludir que alguém vai fazer barragens com grandes reservatórios. A sociedade não quer mais isso. As hidrelétricas serão com pequenos reservatórios, incorporando outras fontes, como a solar, a biomassa e o biogás. O importante é definir qual é a matriz que nós queremos e como vamos explorá-la".

### **Mercado livre**

A política do PSB, segundo Bosco, vai estimular o mercado livre. "É preciso avaliar como o consumidor do mercado livre está sendo tratado, avaliar como está a satisfação desses consumidores. Embora o mercado seja livre, em tese, o governo não devia estar envolvido nisso, mas é preciso acompanhar. Essa crise que tivemos agora é um momento importante para essa avaliação. Dos consumidores especiais, só cerca de 10 a 15% aderiram, o que mostra que é preciso investigar os motivos pelos quais não houve maior adesão desse grupo. Somos favoráveis a ampliar o potencial de consumidores livres", afirmou.

### **Geração distribuída**

Bosco entende que é importante estimular o consumidor a produzir a própria energia. Ele, contudo, criticou a falta de acompanhamento da norma que regulamenta esse tipo de geração. "Passaram-se dois anos e há cerca de 150

consumidores no Brasil. Sabemos por que isso aconteceu: não há uma linha de crédito compatível com o que se quer".

Segundo Bosco, se o consumidor pegar dinheiro emprestado para gerar a própria energia ficará mais caro do que usar da distribuidora, o que desestimula esse tipo de geração. Para ele, o governo precisa criar uma linha de crédito específico para estimular esse tipo de produção de energia. "Nota-se que passa por um olhar maior do setor elétrico. Se fez a norma é para funcionar. Se ninguém adere, é porque tem alguma coisa errada."